

ENSAIO CRITICO-ANALITICO: TRAMAS (DE)COLONIAIS DO SABER/FAZER EM PSICOLOGIA

CRITICAL-ANALYTICAL ESSAY: (DE)COLONIAL WEAVES OF KNOWLEDGE/DOING IN PSYCHOLOGY

ENSAYO CRÍTICO-ANALÍTICO: TRAMAS (DE)COLONIALES DEL SABER/HACER EN PSICOLOGÍA

*Adymailson Nascimento Santos**

*Fabyolla Lúcia Macedo de Castro***

*Maíra Marques Rodrigues****

*Fabiana Pinto de Almeida Bizarria*****

RESUMO

O ensaio crítico-analítico propõe discussão sobre o fazer da psicologia, ciência e profissão, à luz da trama (de)colonial. Com suporte na apresentação do campo decolonial, problematizam-se as colonialidades, do poder, do saber e do ser, com base nos valores que sustentam a violência epistêmica e a disseminação do *modus operandi* de matriz colonial eurocentrada (desenvolvimento, progresso, civilização). No horizonte de uma psicologia orientada por valores

*Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente é doutorando em Psicologia na PUC Minas e bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), realizando estágio doutoral na Universidad de la República (Uruguai). Pesquisador bolsista da Capes, sua trajetória acadêmica e profissional se destaca pelas contribuições às discussões sobre relações afetivas, gênero e dinâmicas sociais na Amazônia, fortalecendo a produção de conhecimento comprometida com as realidades amazônicas.

** Doutoranda em Psicologia na PUC Minas. Mestre em Psicologia na área Intervenções Clínicas e sociais pela PUC Minas (2010). Atualmente participa do grupo de pesquisa VÓRTICE-IA: Núcleo de estudos e pesquisas em inteligência artificial - CNPQ. Participa do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisa em Psicologia Escolar, da Comissão de Orientação em Psicologia escolar e da educação (COPEE, CRP MG), da Comissão Temática - Psicologia e Juventude (CRPMG), do grupo Discurso e Subjetividade em Foucault (GEDS). Áreas de interesse: educação, social e saúde.

***Doutoranda em Psicologia - PUC Minas (bolsista FAPEMIG), Mestre em Sistema de Gestão Integrada - Universidade Federal Fluminense. Mestre responsável pelo projeto de pesquisa que desenvolveu intervenções para redução de absenteísmo e presenteísmo em uma empresa de grande porte do ramo de Mineração. Participação em avaliações biopsicosociais para inclusão de PCDs e adequação de situações de trabalho para promover equidade. Pesquisadora patrocinada pela FAPEMIG em curso de Doutorado em Psicologia pela PUC Minas.

****Doutora e Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza, com Estágio Pós-Doutoral em Administração pela Universidade do Estado do Ceará, e especialização em Saúde Pública, com ênfase em Saúde do Trabalhador. É Professora da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFPI. Lidera o Núcleo de Pesquisa CNPq Psicossociologia, Trabalho e Estudos Socioambientais, em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI).

alternativos à lógica dominante, ética e politicamente ancorada pelo compromisso social e, ainda tendo como norte chaves de leituras dos principais e relevantes autores decoloniais que nos possibilitam análises críticas, discute-se sobre a necessidade do exercício da autorreflexão contínua, face à tensão que as colonialidades impõem. Essa tensão (de)colonial, como exercício que implicaria em esvaziamentos de referências para o ser-no-mundo, desafia a disponibilidade do outro. Com isso, portanto, a crítica reflete sobre o fazer psicologia em atenção ao seu compromisso com o 'outro' e o 'eu', face às problemáticas sociais envolvidas com as variadas expressões de sofrimento.

Palavras-chave: Psicologia. Decolonialidade. Eurocentrismo. Violência Epistêmica. Ensaio.

ABSTRACT

This critical-analytical essay proposes a discussion on the making of psychology, science and profession, in the light of the (de)colonial fabric. Supported by the presentation of the decolonial field, the colonialities of power, knowledge and being problematized, based on the values that sustain epistemic violence and the dissemination of the modes of operation of the Eurocentric colonial matrix (development, progress, civilization). On the horizon of a psychology guided by alternative values to the dominant logic, ethically and politically anchored by social commitment and, still using as a guide key readings from the main and relevant decolonial authors that enable us to carry out critical analyses, we discuss the need to exercise continuous self-reflection in the face of the tension that colonialities impose. This (de)colonial tension, as an exercise that would imply emptying references for being-in-the-world, challenges the availability of the other. The critique therefore reflects on how to do psychology in terms of its commitment to the 'other' and the 'self', in the face of the social problems involved in the various expressions of suffering.

Keywords: Psychology. Decolonization. Eurocentrism. Epistemic Violence. Essay.

RESUMEN

Este ensayo crítico-analítico propone una discusión sobre la fabricación de la psicología, ciencia y profesión, a la luz del tejido (de)colonial. Apoyado en la presentación del campo decolonial, se problematizan las colonialidades del poder, del saber y del ser, a partir de los valores que sustentan la violencia epistémica y la diseminación de los modos de funcionamiento de la matriz colonial eurocéntrica (desarrollo, progreso, civilización). En el horizonte de una psicología orientada

por valores alternativos a la lógica dominante, ética y políticamente anclada por el compromiso social, y también a partir de lecturas clave de los principales y relevantes autores decoloniales que nos permitan analizar críticamente, discutimos la necesidad de ejercer una continua autorreflexión frente a la tensión que imponen las colonialidades. Esta tensión (des)colonial, como ejercicio que implicaría vaciar referencias para estar-en-el-mundo, desafía la disponibilidad del otro. Por lo tanto, la crítica reflexiona sobre cómo hacer psicología en términos de su compromiso con el 'otro' y el 'sí mismo', frente a los problemas sociales implicados en las diversas expresiones del sufrimiento.

Palabras clave: Psicología. Decolonialidad. Eurocentrismo. Violencia epistémica. Ensayo.

1 INTRODUÇÃO

As colonialidades, que se referem aos legados coloniais, imperialistas e eurocêntricos que moldaram o mundo moderno, têm impactos profundos nas experiências e nas subjetividades (Lander, 2005). Problematisa-se, com esse estudo, o desvendar das relações de poder, das hierarquias e das dinâmicas de dominação que persistem na contemporaneidade, questionando o conhecimento hegemônico e as narrativas eurocêntricas que, historicamente, têm moldado a psicologia. As tramas coloniais, nesse cenário, desafiam o fazer pesquisa em psicologia (Dimenstein, 2022), o que se pretende aprofundar.

Manifestações de pesquisadores latino-americanos, a exemplo de Gómez (2015), evidenciam o declínio de um estilo de vida construído por meio da exploração e da dominação do território, visando a maximização dos lucros, a manipulação e, ainda, a colonização das subjetividades. A influência no campo das ideias, por exemplo, implica uma relação estreita com a produção dominante dos EUA, Reino Unido e França (Alatas, 2003), situando uma problemática no “campo psicológico” definida por Alatas (2015, 2010) como “mente cativa”, em função da dependência de padrões de vida (civilizado, progressista, hierarquicamente superior) das nações concebidas como desenvolvidas.

Conforme Rozas (2022), a colonização das subjetividades pode ser caracterizada por um mecanismo de opressão de longa data que permeia a subjetividade latino-americana e se manifesta em comportamentos

machistas, individualistas, homofóbicos, xenófobos e predatórios em relação ao homem-natureza. Esse processo implica, nas mentes, a incorporação da lógica de vida e dos valores (estrangeiros) do Norte Ocidental, promovendo desigualdades sociais que marginalizam e segregam para exercer controle subjetivo.

Apesar disso, questões históricas aparentemente superadas foram reexaminadas à luz de indagações propostas por teóricos do Sul, a exemplo do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Em suas críticas sobre os efeitos dos períodos coloniais nos estilos de vida latino-americanos, Quijano (1992) utiliza o termo “colonialidade” para descrever a herança mais profunda deixada pelos colonizadores, herança que, segundo ele, penetrou a própria vivência do povo. Essa é uma categoria teórica que demanda o reconhecimento das distorções de padrões complexos de matriz histórico-cultural inscritos em processos coloniais, na formação das subjetividades individuais e coletivas, as quais podem obscurecer a expressão do ser latino-americano.

Ainda sob o prisma decolonial, os pressupostos epistemológicos e ontológicos da modernidade capturam a experiência do outro e traduzem os saberes e modos de vida a partir de uma racionalidade instrumental, “em que o pretenso princípio epistemológico cartesiano é a expressão psicopolítica civilizatória de uma subjetividade colonial e colonizada” (Fernandes, Gonçalves & Silva, 2022, p. 10). A ciência, como forma de conhecimento produzida historicamente, ainda representa uma ferramenta de dominação e manutenção do poder de uns sobre outros. Nesse sentido, a forma como os povos latino-americanos são concebidos, apreendidos e compreendidos pelo saber científico predominante, sobretudo o da psicologia, são desdobramentos dos processos de colonização (Nogueira & Guzzo, 2016; Parra-Valencia & Galindo, 2019).

Dimenstein et al. (2019) enfatizam que “a psicologia ocidental moderna e as ciências humanas, em geral, com suas bases euro-americanas, têm sofrido, nos últimos anos, sérias críticas por parte das abordagens pós-coloniais e decoloniais” (p. 3). Alcântara (2018), reforça que:

A partir de um novo olhar epistemológico, o decolonial não apenas reivindica posições pós-coloniais para os problemas que afligem o mundo contemporâneo, mas, também, ao fazer isso, evidencia inseparavelmente sua implicação direta com a edificação violenta de um padrão de poder instaurado com o colonialismo moderno (Alcântara, 2018, p. 1).

O surgimento e crescimento da psicologia latino-americana é

determinado por um viés eurocentrista, patriarcal e classista, “pois, desde suas origens, na filosofia europeia do século XIX, esteve atrelada a uma maquinaria colonial que produziu certos modos de intervenção e cientificidade que desconsidera o repertório histórico-cultural latino-americano” (Gonçalves, 2019). (Dimenstein, 2020, p. 3).

Em face dos padrões educacionais formativos em contexto moderno civilizatório, também há os modelos historicamente institucionalizados (Beigel, 2016) e inspirados na cultura científica da modernidade, que se distanciam de debates, no campo ético, em relação ao direito à vida, à natureza, a valores que balizam a inclusão, ofuscando compreensões sobre violência física e simbólica (Márquez-Fernández, 2012).

O pensar decolonial na psicologia pode contribuir com a transformação do dinamismo social, promovendo mudanças qualitativas do bem-estar social. Isso porque há crítica “[...] à ênfase nos modelos teóricos e práticos advindos dos países centrais do capitalismo, a inadequação de teorias eurocêntricas na América Latina e a invisibilização da produção nacional e/ou latino-americana” (Dimenstein et al., 2022, p. 29).

Podem fazer parte desse movimento discussões sobre processos formativos que reforçam a tensão entre a colonialidade do saber e a ‘decolonialidade’ epistêmica, situadas as narrativas sobre o poder simbólico, especificamente relacionado à ideia da diversidade cultural. Nesse caminho, são exemplos de estudos que abordam a perspectiva decolonial no campo educacional Mocarzel et al. (2019), sobre a internacionalização da pós-graduação na América Latina; Pinheiro et al. (2019), que abordam práticas integrativas e complementares; Corrêa e Silva (2018), que estudam a educação popular; Cunha (2018), com estudo sobre teologia; e Sousa e Oliveira (2018), que empreendem uma compreensão sobre a relação da epistemologia com a pesquisa-ação.

No campo da psicologia, o estudo de Santos e Ferreira evidencia a relevância das narrativas decoloniais para a história da psicologia, em particular as matrizes de inteligibilidade associadas a metodologias de pesquisa em história da psicologia, reforçando que “a importância das narrativas descoloniais é coextensiva à sua implicação política de afirmação da diversidade e de composição de um multiverso” (2022, p. 203). Fernandes, Gonçalves e Silva (2022), por sua vez, associam o tema da decolonialidade ao debate epistêmico e político face às resistências e (re)existências no fazer psicologia junto aos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos amazônicos), no anseio de fazer a

psicologia “penetrar na complexa malha de significações da realidade e de suas construções psicopolíticas, culturais e espirituais, e se transformar – *mutatis mutandis* –, enquanto ciência e profissão” (p. 12). Póo e Ostrovsky (2022) levantam questões referentes ao ensino de psicologia e afirmam que “descolonizar significa questionar criticamente a roupagem de universalidade que nutre a nossa psicologia. Envolve pensar sobre quais saberes e práticas compuseram nossa matriz disciplinar e em que condições históricas foram utilizados como tais” (p. 119).

Ferreira (2009) aponta que a psicologia contemporânea, frequentemente, assemelha-se a um relato jornalístico, limitando-se à descrição dos fenômenos, enquanto o(a) pesquisador(a) busca se desvincular de sua própria influência na pesquisa ou de discussões políticas e históricas relevantes para o contexto em que atua. Há uma escassez de iniciativas para exercer a crítica de forma construtiva ou mesmo para fazer da crítica o centro da pesquisa e da construção do objeto de estudo.

Além disso, Ferreira (2009) e Póo e Ostrovsky (2022) ressaltam a existência de um cenário de colonialismo cultural que afeta profundamente a prática profissional e acadêmica dos psicólogos(as), influenciados(as) pelo imaginário construído pelos discursos predominantes. Existe uma tendência a aceitar como completo e definitivo o conhecimento produzido fora do país, sem questionamentos. A reverência a autores europeus é tão marcante que algumas críticas direcionadas a eles são interpretadas como pessoais, levando alguns a defendê-los como se estivessem defendendo a si próprios. Dominar o pensamento de um autor estrangeiro torna-se um objetivo de vida e de pesquisa para muitos, como evidenciado em diversas pós-graduações e publicações. Nesse contexto, o reconhecimento pelos pares nacionais, muitas vezes, depende do reconhecimento por parte de estrangeiros. Por outro lado, há uma escassez de conhecimento sobre o que está sendo produzido em outras universidades brasileiras e sobre as pesquisas realizadas em países da América Latina, África e Ásia (Ferreira, 2009).

O objetivo deste ensaio é discutir o fazer pesquisa no campo da psicologia à luz dos elementos e aspectos que tecem a trama (de)colonial. Este ensaio contribui ao analisar um tema emergente, como se evidencia em Santos e Ferreira (2022), Fernandes, Gonçalves e Silva (2022) e Póo e Ostrovsky (2022), mesmo em contextos de questionamentos ao fazer e ao saber hegemônicos, legitimados no *mainstream* científico da psicologia.

Nesse sentido, é necessário, portanto, debater uma psicologia com

vestígios do processo colonial em seu fazer científico que pode ofuscar, silenciar e, por sua vez, disseminar o *modus operandi* colonial. Isso significa reconhecer outros horizontes epistêmicos e refletir sobre as rotas de memórias. Marcilla, Cunha & Rodriguez (2016) afirmam que, por ser uma pedagogia da memória ainda não plenamente reconhecida, pode ser interpretada, se examinada a partir de uma perspectiva decolonial (ou do Sul Global) como um ato educativo em curso que compreende a leitura da paisagem e dos corpos, e não apenas dos códigos da língua oficial/colonial (Martín-Baró, 1997). Essa abordagem está alinhada à poética de uma pedagogia do Sul.

2 METODOLOGIA

O ensaio teórico, como relata Adorno (2003), refere-se a uma metodologia de pesquisa que se concentra na análise e interpretação crítica de teorias, conceitos e ideias existentes, e não necessariamente de coleta de dados empíricos. Em torno dessa modalidade de pesquisa, o autor examina a literatura relevante, sintetiza teorias existentes, avalia argumentos e propõe novas interpretações, sínteses ou perspectivas teóricas. Ao conduzir um ensaio teórico, é importante haver rigor na revisão da literatura existente, na argumentação lógica e na apresentação clara das ideias.

Em contexto contemporâneo, em que a reflexão decolonial ganha destaque, a abordagem adotada no ensaio teórico se torna oportuno para discutir narrativas dominantes e ampliar vozes historicamente silenciadas. A reflexão decolonial é influenciada por teóricos como Aníbal Quijano, Aimé Césaire, Edgardo Lander, Frantz Fanon, Edward Said, Walter Dignolo, Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, que abordam a colonialidade do saber/fazer e propõem uma ruptura com as estruturas epistêmicas impostas pelos colonialismos.

O ensaio teórico habilita um exercício favorável às abordagens emergentes, o que supõe ainda reconhecer a necessidade de avançar em metodologias que respeitem as epistemologias indígenas e as formas de conhecimento tradicionais, ou seja, “Decolonizing Methodologies” (Thambinathan & Kinsella, 2021), centrado em outras visões de mundo. O ensaio também define metodologicamente o exercício teórico em argumentações necessárias à compreensão de problemáticas que demandam esforço dialógico ainda em construção. Sustenta-se a criação de possibilidades “novas”, “outras” de leitura dos fenômenos, em articulações

lógicas favoráveis à aproximação de abordagens emergentes, como a que se define no curso deste ensaio.

Ao aplicar uma perspectiva decolonial ao ensaio teórico, os pesquisadores têm a oportunidade de questionar pressupostos, ampliar o escopo das fontes consideradas legítimas e contribuir para a pluralidade de vozes no campo acadêmico, propor uma análise crítica das relações de poder, questionando a hegemonia cultural e intelectual imposta por narrativas coloniais. É isso que as pesquisas de Santos e Ferreira (2022), de Fernandes, Gonçalves e Silva (2022) e de Póo e Ostrovsky (2022), por exemplo, evidenciam. A diversidade de perspectivas resultante desse processo enriquece a compreensão da temática em estudo e promove um diálogo mais inclusivo e crítico. Ao incorporar as vozes marginalizadas e desafiar as estruturas epistêmicas coloniais, os pesquisadores contribuem para uma academia mais justa, diversificada e reflexiva.

3 ENSAIANDO “NOVAS” POSSIBILIDADES EM PSICOLOGIA À LUZ DA DECOLONIALIDADE

A trajetória da psicologia como domínio de estudo abrange extensa pesquisa sobre as subjetividades humanas. No entanto, não incomumente, observamos a influência de perspectivas eurocêntricas que tendem a obscurecer as variadas experiências culturais e históricas das pessoas, como observam Póo e Ostrovsky (2022). A ciência moderna e a psicologia como campo científico, considerando-se os pressupostos de desenvolvimento e progresso disseminados pela sociedade de base capitalista, em geral, situam suas abordagens à visão dominante. Ou seja, a psicologia, assim como outras áreas, assume a visão de seu tempo, o que é compreensível em função de ser a ciência uma prática social historicamente situada.

A aproximação entre as colonialidades e a psicologia procura questionar as limitações das práticas de atuação desde a abordagem clínica até a referência social e reconhecer a complexidade das subjetividades em contextos coloniais e decoloniais. A colonização, além de se apropriar e de explorar os meios materiais e econômicos, atuou invisibilizando e ofuscando os aspectos que pudessem permitir as expressões das origens e dos costumes dos povos colonizados, bem como sua cultura, sua fala/ linguagem, suas roupas e seus rituais.

Para Quijano (2005, p. 121), esse movimento de controle é vivenciado de forma ainda mais abrangente: “Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de

todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial, do conhecimento e da produção do conhecimento". Aníbal Quijano, teórico pós-colonial, atuou na formulação da noção de colonialidade e se consolidou com um representante do movimento decolonial. Ele afirma:

[...] A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão global do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular deste padrão e opera em cada um dos níveis, esferas e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e ao nível societal (Quijano, 2007, p. 93, citado por Huguet, 2012, p. 63, tradução nossa).

Alvaran & Gomez, citados por Alcântara, Serra e Miranda (2018), apontam as três dimensões da colonialidade referenciadas por Quijano (2005): "Saber, poder e ser, precisam ser analisadas distintamente" (p. 6). De maneira comparativa, os autores destacam a dimensão de colonialidade do poder e saber. Enquanto a primeira apresenta a "dimensão econômico-política das heranças coloniais" (p. 6), a segunda faz referência à "dimensão epistêmica da mesma e a colonialidade do ser, à dimensão ontológica" (p. 6).

Parra-Valencia e Galindo (2019) provocam uma reflexão sobre a psicologia em relação à colonialidade do ser na leitura de Maldonado-Torres (2008), no sentido das implicações subjetivas da dinâmica neoliberal que sustenta um estilo de vida individualista, baseada em progresso econômico e dominação. Seguindo essa reflexão e com a leitura de Fernandes, Gonçalves e Silva (2022), compreendemos que a dominação colonial contribuiu com as múltiplas violências em relação ao povo originário, perpetuando o silenciamento dos saberes e a aniquilação das epistemologias locais.

Parra-Valencia e Galindo (2019) também explicitam as anulações pelas quais os conhecimentos dos povos camponeses passaram em função do governo. Até as leis citadas nos trazem a reflexão do olhar de inferioridade ante à pretensão de universalidade que mantinham sobre a população.

Parece que o programa de reparação, no âmbito de uma medida de assistência psicossocial, ignora as formas comunitárias das seis aldeias. Revela também uma ordem hierárquica no processo de reparação e reconstrução do país, a partir da qual a comunidade camponesa e o seu saber curar coletivamente e em relação à terra são concebidos a um nível inferior. Nessa hierarquia, o nível mais alto é reservado aos funcionários públicos, que são colocados no lugar do grupo social especializado, a fim de cumprir a Lei 1.448, de 2011, que obriga o Estado colombiano a implementar uma política de reparação no contexto da violência sociopolítica e armada (Parra-Valencia & Galindo 2019, p. 191, tradução nossa).

A leitura de Fernandez et al. (2021), por sua vez, leva-nos a buscar a raiz do problema relacionado à estruturação das teorias e seus lugares de privilégios na perspectiva da colonização. Ou seja, um exercício fundamental para o pesquisador envolve “desuniversalizar” os conceitos e fazer uma análise dos privilégios e das opressões. Assim, ampliam-se discussões sobre as colonialidades em relação à construção das identidades individuais e coletivas, isto é, plurais, em seus processos de subjetivação, ativando possibilidades de fazer psicologia, ciência e profissão em atenção às tessituras sociais diversas, multifacetadas.

A colonização, como expressão do progresso associado ao desenvolvimento econômico do sistema-mundo linear, frequentemente impõe normas, valores e crenças que moldaram a maneira como as pessoas se percebem e são percebidas nos grupos sociais (Gonçalves, 2019). Essas influências, portanto, podem levar à internalização de estigmas¹, à negação de identidades culturais, com repercussões no processo de construção das subjetividades, ao passo que os resquícios históricos, como o genocídio, a escravidão, o deslocamento forçado e a opressão contínua, reverberam as dinâmicas subjetivas. A psicologia, então, pode desempenhar um papel crucial na compreensão desses restos² coloniais – modelos de subjetivação colonizados [que] nos mantêm prisioneiros de modelos teóricos transcendentais que pouco conversam com nossa realidade e particularidades e aos quais temos que nos adaptar a qualquer custo (Romagnoli & Souza, 2023, p. 108).

No entanto, é importante observar que essa aproximação não é apenas sobre o estudo dos desdobramentos derivados do fenômeno descrito por Quijano (2005) como “colonialidades”, mas também sobre o (re) conhecimento das problemáticas derivadas da incorporação da matriz

1 Morando, E. (2018): “O conceito de estigma segundo Goffman”: “Goffman (1982) esclarece o conceito de estigma como um processo de construção histórico-social que passou por diversas modificações desde os tempos antigos até os atuais. Na Grécia Antiga: sinais corporais usados para ressaltar alguma característica ruim e indesejável do indivíduo e alertar as demais pessoas para a inconveniência e perigo do contato. Na era Cristã: conotação positiva, sinal corporal da graça de Deus. Nos dias atuais: prevalectimento da conotação negativa, referindo-se menos à evidência corporal e mais à condição de exclusão social”.

2 Moreno, O. D. (2023): “A colonização e seus restos: transmissão, linguagem e olhar.”; *Brasil Escola*. “Restos da colonização que se transmitem e que reverberam como marcas de corpo da colonização, e que retornam contemporaneamente no corpo. Na língua, por meio das violências contemporâneas da linguagem que recaem sobre o corpo de homens e mulheres negras e nas expressões, fonemas e usos da língua que carregam a cicatriz da colonização de povos que falavam línguas africanas, línguas que desapareceram, mas que deixaram sua marca no português, agora ‘pretuguês’. Também pelo olhar, outra forma na qual o resto se manifesta para Lacan, pela via do racismo ao negro, como foi conceituado por autores centrais das relações raciais”.

colonial nos padrões de vida, na definição de si e na tessitura das relações sociais.

A psicologia, portanto, pode contribuir para ampliar as vozes e as narrativas contra a opressão colonial, promovendo a autoafirmação e ampliando os processos subjetivos com a emergência de sentidos, vivências e experiências credibilizadas e legitimadas. Mas, antes, ela se faz cientificamente por pessoas que, em suas tramas (de)coloniais, reconhecem a necessidade do exercício da autorreflexão contínua face à tensão que as colonialidades impõe a esse fazer.

4 SITUANDO O DEBATE SOBRE AS PERSPECTIVAS PÓS E DECOLONIAIS: A PSICOLOGIA EM FOCO

A construção de uma narrativa dominante afirmou a Europa e seus intelectuais como protagonistas do conhecimento, tornando as demais regiões do mundo seu outro subjugado (Spivak, 2010). Sobre a colonização, observa-se que a “violência epistêmica” ou “epistemicídio” tem papel ativo sobre o silenciamento das formas de ver e pensar de grupos sociais marginalizados, como negros, índios, camponeses, latino-americanos, mulheres, entre outros. Ao contrário, o conhecimento hegemônico e as narrativas eurocêntricas, historicamente, têm dominado o cenário acadêmico e a pesquisa em psicologia (Póo & Ostrovsky, 2022), podendo-se supor, portanto, que a psicologia tem contribuído com a face epistêmica da violência colonial.

Observa-se que a psicologia, ciência e profissão, considerando-se as reflexões advindas da abordagem decolonial, poderia ampliar possibilidades de um fazer situado, multirreferenciado, afirmativo das potências de ser e existir alternativos à concepção cultural de base eurocentrada. Para tanto, é necessário contextualizar a pesquisa psicológica em termos de cultura, história e poder, reconhecendo que a psicologia não é universal e, assim, que as teorias e métodos precisam ser adaptados para atender às diferentes realidades socioculturais.

A pesquisa decolonial em psicologia destaca a importância de ouvir populações marginalizadas, subalternas, à margem, para entender suas experiências e perspectivas com autenticidade, face ao descentramento do Eu, em função de trajetórias de vida que desafiam a experiência do encontro simbólico entre pessoas com repertórios de vida variados. Nesse caminho, pesquisadores que transitam por esses espaços sociais, reconhecidos como teóricos do Sul, aproximam-nos da compreensão das

narrativas negadas pela história, o que favorece o resgate das memórias para, assim, abordarem-se questões sociais urgentes como o racismo, a desigualdade social, a violência de gênero e outros problemas que afetam a população em vários aspectos, desde vulnerabilidade social e saúde até condições de vida dignas.

Reflexões sobre cidadania e direitos humanos também estariam no horizonte do fazer psicologia, ciência e profissão mais sensível às questões culturais e contextualmente relevantes, adaptando-se, assim, teorias e práticas que atendam às necessidades específicas do país, de seu povo e em atenção à sua história. Um esforço interdisciplinar, como os estudos de Frantz Fanon, Lélia González, além de Grada Kilomba, poderia contribuir com leituras plurais que convoquem o estudo da psicologia para o encontro com o desconhecido, ainda não amplamente estudado, o que amplia a escuta de outras linguagens e formas de ser e agir esquecidas, negadas, ofuscadas.

Para Césaire (2006), por exemplo, decolonizar o conhecimento envolve a utopia de uma nova cultura na qual os sujeitos participariam. A potência de regeneração da nova sociedade inclui a justaposição de elementos culturais, não renunciando ao passado dos povos, ao contrário do que o racismo promove. Fanon (1952), por sua vez, apela para o fim do colonialismo e da sua alienação, com a ideia de um novo pensamento ao lado dos oprimidos, de onde se pode criar as condições para o sujeito existir, expressar-se e participar.

Quanto às lutas pós-coloniais dos condenados da terra para se livrar da identidade imposta e recuperar a sua própria, para Fanon (1964), a esperança e a desalienação supõem rejeitar o presente como algo acabado, privilegiando-se a forma contínua e funcional da sociedade. A utopia é a esperança na luta dos oprimidos, que se reconhecem a partir de suas histórias enlaçadas com a trajetória de seus povos, em memórias que se erguem ativas, inclusive, pela psicologia, com seu compromisso social em prol da afirmação do ser e de sua história em seus processos coletivos de subjetivação.

Assim, a virada decolonial, como um processo epistêmico e ontológico de ruptura contínua das colonialidades, busca refletir sobre teoria, pesquisa e prática da psicologia situada em referências diversas à abordagem hegemônica eurocêntrica ocidental (Fernandez et al., 2021). Para tanto, o reconhecimento das tramas coloniais orienta o processo reflexivo, ao passo que a matriz formativa em psicologia, como indicam

Póo e Ostrovsky (2022), reflete o “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal” (Grosfoguel, 2008, p. 113).

Reconhecer as tramas coloniais na psicologia, ciência e profissão, no âmbito do ser e fazer pesquisa, é um movimento de decolonialidade realizado a partir do encontro com a heterogeneização dos corpos, “das marcas que imprimem diferentes tonalidades aos processos de subjetivação e de apreensão do mundo, as quais ressoam na produção de conhecimentos situados, com localização epistêmica étnica, racial, sexual, de gênero e geopolítica” (Dimenstein et al, 2020, p. 16). Então, nesse encontro, é preciso refletir sobre as próprias marcas em discursos e repertórios eurocentrados, executando o exercício do descentramento, com abertura ao inesperado e ininteligível, e, com o outro, costurar saberes (in)disponíveis.

Pavón-Cuéllar (2018) ressalta que, para além do campo da psicologia e acadêmico, precisamos nos libertar da situação racista colonial no âmbito da subjetividade, do social, do econômico, do cultural e do político. A postura de superioridade europeia, a dominação histórica dos países colonizadores e a ação exploradora são agentes que contribuem para a (re) produção da inferiorização do Sul Global e são atualizados cotidianamente pela condição de quem está à margem e, também, de quem está ao centro. Portanto, “em função disso, não se pensa apenas uma troca do colonial pelo decolonial, mas, sobretudo, no movimento contínuo e dinâmico de reposicionar-se, garantindo assim a multiplicidade (e heterogeneidade) das práticas que proliferam na cena contemporânea” (Alcântara, 2018, p. 1).

É importante ressaltar Gonçalves (2019, p. 52), que propõe a ideia de um pensamento desobediente e não tradicional como um aspecto importante para a construção decolonizada de um fazer psicologia, ciência e profissão, a qual é necessária à “aproximação com outras formas de conhecimento como: uma psicologia indisciplinada é operária, artesã, camponesa, sabe das plantas, das estrelas, das máquinas e dos números, das comidas e da festa” (p. 52). Assim, é urgente mergulhar no cotidiano dos territórios e dos povos periféricos, de modo a evidenciar e reposicionar as relações e os saberes coloniais na produção de conhecimentos e práticas em psicologia, para se avançar na construção de processos de contribuição, implicação e compromisso social da psicologia.

5 DESAFIOS DA PESQUISA EM PSICOLOGIA COM SUPORTE EM ABORDAGENS NO CAMPO DECOLONIAL

A pesquisa científica no campo decolonial enfrenta desafios devido às dinâmicas hegemônicas ainda prevalentes e representadas pelo reconhecimento das faces das colonialidades do poder, do saber e do ser. Reconstruir epistemologias e práticas que respeitem as diversidades culturais e seus contextos supõe incorporar múltiplas formas de ser, agir, pensar e se expressar. As tramas coloniais, portanto, desafiam a pesquisa e o fazer pesquisa em psicologia.

A formação acadêmica permanece, muitas vezes, enraizada em paradigmas eurocêntricos (Mignolo, 2002), e, no caso da psicologia, como referenciam Póo e Ostrovsky (2022), abrir o debate ao campo decolonial implica problemas relacionados à identidade da psicologia, considerando-se as muitas abordagens disciplinares, o que exigiria relativizar conceitos, metodologias, instrumentos e, ainda, leituras sobre o ser, o saber e o poder no âmbito da dinâmica social e cultural dos fenômenos sociais e humanos. Além disso, a produção e a disseminação de conhecimento ainda são frequentemente desiguais, com pesquisadores de contextos colonizados muitas vezes sub-representados, como constatamos a partir de Frantz Fanon, Edward Said, Homi Bhabha e Aníbal Quijano. Superar essas desigualdades exige um esforço deliberado para valorizar e reconhecer as variadas formas de conhecimento.

A colaboração entre pesquisadores de diferentes contextos culturais e geográficos representa, muitas vezes, um impasse, devido às barreiras linguísticas, às diferenças de poder e à institucionalização da dependência acadêmica (Beigel, 2016). Contudo, a pesquisa no horizonte decolonial, ao buscar construir ferramentas conceituais sensíveis à diversidade cultural e histórica, poderia contribuir com o processo de decolonização do saber (Quitero, Elizalde & Figueira, 2019), com repercussões favoráveis aos contextos sociais que demandam da psicologia uma atuação com potência de transformação, associados aos territórios situados à margem da sociedade capazes de empreender exercício teórico-analítico e de garantir (re)reconhecimento das variadas formas de ser, pensar e se expressar (Chambers, 2020).

No caso da pesquisa em psicologia no campo decolonial, os enfrentamentos versam a direção de questionar as dinâmicas coloniais enraizadas nas teorias e nas práticas. As teorias hegemônicas na psicologia desenvolveram-se a partir de experiências e contextos culturais específicos,

porém foram universalizadas para os diversos contextos e culturas, como explicitam Póo e Ostrovsky (2022). O grande desafio, portanto, é reconhecer e superar, inicialmente, a universalização, valorizando a diversidade de perspectivas, os modos de ser, agir, compreender, a fim de garantir inteligibilidade às práticas alternativas à cultura balizada nos moldes hegemônicos. No âmbito do trabalho, por exemplo,

[...] desde a década de 1980 estudiosos identificam o modo como a criação e implementação da tecnologia, bem como outros fatores, determinam o impacto da tecnologia no trabalho e nos trabalhadores. No entanto, parece que – mesmo face a muitos fracassos tecnológicos – pouco se aprendeu e, portanto, continua a dominação das perspectivas tecnocêntricas (Parker & Grote, 2022, p. 1198, tradução nossa).

É uma mudança nas relações de saber que nós, autores, e demais pesquisadores, consideramos particularmente significativa e distinta dos desenvolvimentos das pesquisas no caminho das abordagens em psicologia pretensamente universais, concebidas em contexto diverso ao cenário dos povos originários, por exemplo. Isso porque há um contexto histórico, social e cultural que nos permite compreender e reconhecer a necessidade de um enfoque na diversidade do fazer pesquisa em psicologia.

(Re) Conhecer esses desafios exige um compromisso contínuo com a transformação das condições sociais que, historicamente, estão à margem e são marcadas por vulnerabilidades, incluindo-se uma reavaliação dos critérios de relevância na pesquisa científica, em atenção às pessoas implicadas direta ou indiretamente com esse fazer, sobretudo em função do papel da psicologia, como orienta Martín-Baró (1997). A colaboração entre pesquisadores, o reconhecimento das dinâmicas de poder e o respeito à diversidade são fundamentais às pesquisas atentas à decolonialidade e ao desenvolvimento de metodologias, métodos e técnicas contextualizadas às especificidades do campo investigado, sensíveis às questões locais e às diferentes formas de conhecimento e expressão.

Associado ao fazer pesquisa em psicologia orientada à decolonialidade, em reconhecimento das tramas coloniais, tem-se a postura crítica, como inspira Freitag (1986) em relação à historicidade da Escola de Frankfurt, comprometida com reflexões teóricas face aos desdobramentos da dinâmica capitalista no cenário social e nas relações que sustentam a sociedade centrada no mercado. A psicologia, nesse escopo, assim como outros campos do saber, define suas referências científicas em padrões dominantes, que, como lembra Grosfoguel (2016), disseminam

perspectivas hegemônicas coloniais e eurocêntricas. Reivindicar atenção à decolonialidade, portanto, visa buscar alternativas mais inclusivas, uma abordagem reflexiva e transformadora com o exercício de situar a diversidade epistêmica e reconhecendo a gama de práticas, de pressupostos e a abertura para diferentes formas de expressão e compreensão dos objetos “psis”.

A transformação a partir do decolonial se torna um processo contínuo e dinâmico e envolve diálogos críticos e a prática política da psicologia (Gómez, 2015), com disponibilidade para aprender com as diferenças, assim como para adotar práticas de pesquisa e investigação favoráveis à promoção da emancipação, entendida, neste ensaio, como oportunidade de potencializar a afirmação do homem-natureza no horizonte de suas práticas, saberes e participações significativas no tecido social, em contraposição à subalternidade.

De acordo com Alves e Delmondez (2015), as normas coloniais do poder, saber e ser indicam o não reconhecimento e a consequente não representação de determinados sujeitos no registro da ciência psicológica, o que implica opressão e subalternidade. Os autores argumentam que as contribuições do pensamento decolonial à psicologia política, por exemplo, supõem a desconstrução da matriz colonial com repercussões sobre as subjetivações concebidas por operações estratégicas entre as formas mútuas de regulação do poder e do psiquismo. Compreendemos que essa regulação pode ser constituída como uma subjetivação política, balizada em normas relacionadas às definições de sujeito, identidade, suas expressões de vida, pensamento e ação.

O colonialismo cultural, ainda, apresenta fortes influências sobre a atividade profissional e acadêmica do(a) psicólogo(a) devido ao imaginário construído pelos discursos tradicionais. Valorizam-se os modos de ser, pensar e produzir conhecimento de países definidos como “desenvolvidos”, e seus conhecimentos são aceitos, acriticamente, como completos e acabados, prontos para serem aplicados no Brasil. Com suporte na leitura de Póo e Ostrovsky (2022), a importação de conhecimento desafia a psicologia como ciência e profissão, ao se observar o percurso acadêmico-científico de muitos mestrados e doutorados e os circuitos de disseminação de produções científicas associadas à dependência acadêmica, como problematiza Beigel (2014, 2016), na esteira da modernidade que atravessa o Sul Global, reafirmando-se, assim, os processos de dominação balizados por uma epistemologia hegemônica.

Desse modo, o saber imposto pela epistemologia colonial, além da lógica do trabalho acadêmico-científico, pode contribuir para a manutenção dos processos científicos hegemônicos. Por isso se entende o argumento de Ferreira (2009): pouco se conhece do que está sendo produzido nos países latino-americanos, africanos e asiáticos.

Falar da especificidade do contexto da América Latina não deve significar, contudo, um enfoque apenas na quantidade de problemas e nas condições socioeconômicas mais complicadas, mas também nos valores e potencialidades que temos³ (Alves & Delmondez, 2015), o que exige a construção de novas metodologias e delineamentos próprios de pesquisa, assim como um compromisso social e político do(a) pesquisador(a).

A partir da década de 1970, alguns nomes como Lélia Gonzales e Neusa Souza, além de outros do campo da psicologia,

marcaram esta história de luta, alguns dos quais revisitaram os primeiros escritos de teóricos decoloniais internacionais, como Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon. Este é caso de Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento), uma das teóricas contemporâneas a contribuir com a formação de uma Psicologia Brasileira Antirracista. Hildeberto corrobora a compreensão de que a Psicologia de hoje não é mais a mesma de décadas atrás (Santos e col., 2022, p. 23).

Núñez (2022) tece reflexões sobre uma psicologia anticolonial, quando afirma:

detalhadamente se reporta ao etnocídio, racismo e genocídio brasileiros contra povos indígenas, suas culturas e espiritualidades. Destaca o papel central da academia na manutenção da colonialidade do poder e do saber, principalmente por invariavelmente lastrear-se em perspectivas teórico-epistemológicas europeias, que binarizam e hierarquizam a vida em mente e corpo, cultura e natureza, civilizado e selvagem. Este binarismo aloca brancos como aqueles que pensam, são cultos, civilizados, deste modo são humanos, e os demais não. Adversamente a essa concepção, subsidiada, principalmente, por desenvolvimentos filosóficos do quilombola Antônio Bispo, Geni discorre sobre a luta anticolonial, contracolonial (p. 22).

Por sua vez, autores como Martins (2022) direcionam-se para o contexto pós-colonial, quando revisitam processos históricos-sociais de constituição do campo psicológico de saber (psicologia, psiquiatria e psicanálise) e aludem a movimentos de contestações e resistências formulados no período da consolidação desses campos como área de conhecimento

³ Os pesquisadores em formação, junto a um programa de *stricto sensu* em psicologia, tecem essa reflexão a partir do encontro propositivo com o universo da pesquisa científica em psicologia, considerando problematizações que o campo decolonial suscitam. Percebem-se nas tramas (de)coloniais, bem como identificam-se com a referência aos povos latino-americanos e brasileiro.

sobre a subjetividade humana.

Em meados do século XX, emergem na Europa estudos interculturais “como resposta aos fenômenos socioculturais, migratórios e oriundos de conflitos étnicos e/ou culturais como práticas xenófobas e racistas” (Silva & Macedo, 2021, p. 7). Na América Latina, esse debate se fundamenta nas demandas e reivindicações de minorias étnicas, na perspectiva de revisitar séculos de “subordinação, homogeneização e invisibilização por parte da cultura dominante na busca do respeito, igualdade e legitimidade entre as diferentes comunidades étnico-culturais e frente ao Estado” (Guzmán, 2011, p. 14). Ressalta-se que esses estudos extrapolam o plano cultural, já que “processos de aculturação e assimilação” atravessam tramas que são, ao mesmo tempo, “cultural, social, política, econômica, epistêmica, ontológica e cosmogônica” (Guzmán, 2011, p. 56). Considerar tais aspectos é fundamental à desconstrução da matriz colonial do poder, do saber e do ser estruturante da nossa formação social e de como o Estado brasileiro tem lidado historicamente com a questão (Santos, 2022).

O fenômeno decolonial, ainda, promove os atuais debates ao compilar “experiências e críticas do movimento de mulheres negras, faveladas, camponeses, indígenas e lésbicas latino-americanas e caribenhas” (Silva, Macedo, 2021, p. 7), denunciando o quanto as lógicas e os poderes “eurocêntricos, racistas, classistas, misóginos, heterocentrados e coloniais” (Araújo & Mattos, 2016, p. 22) marcam suas vidas, exploram-nas e tentam negar sua “capacidade de gerir e ter controle sobre suas escolhas e seus corpos” (Araújo & Mattos, 2016, p. 26).

Nessa perspectiva, ao considerar as discussões apresentadas neste estudo, cabe apontar também o fato de que reflexões atuais vêm aproximando a psicologia de tais temáticas. Isso porque, segundo Macedo e Silva (2021), “os saberes psicológicos foram fundados com referência no homem burguês e nas características do mundo ocidental moderno/civilizador, permeados pelas relações de colonialidade do poder, do saber e do ser” (Macedo e Silva, 2021, p. 8). Macedo e Silva (2021) apresentam autores que demarcam como discussões na esfera decolonial e pós-colonial

podem contribuir para um repensar da Psicologia brasileira, principalmente quanto à tarefa de continuarmos a desacomodar nossa ciência e profissão do afã moderno de classificar, ordenar, disciplinar, controlar, gerenciar e corrigir comportamentos, além de deslocá-la de sua dependência intelectual e engajamento a epistemologias que reforcem o lugar do colonizador. Isso porque o entendimento de que há um modelo de ser humano ideal, homem branco, cristão, heterossexual, cisgênero, dotado de

civilidade e racionalidade, e que se coloca como trabalhador e empreendedor, marca a origem da Psicologia, bem como a das Ciências Humanas. Ademais, tal imagem forjou seu oposto, o não branco e não civilizado, que cabe ser ajustado e aproximado do modelo ideal em sua forma de representar, dizer e viver o mundo (Macedo e Silva, 2021, p. 9).

Segundo Macedo e Silva (2021), mesmo que a psicologia brasileira e a latino-americana tenham desenvolvido críticas desde os anos 1960, ainda permanece a importação de teorias e metodologias, de conhecimentos descontextualizados. Isso sinaliza a relevância de ampliarmos a discussão sobre a decolonialidade, considerando-se a possibilidade de reprodução de abordagens que ainda imprimem os colonialismos epistêmicos, mesmo em se tratando de questões acerca de processos históricos sobre violência e opressão de classes sociais dos países.

As psicologias sociais-comunitárias e as chamadas psicologias críticas requerem cuidados diante dos perigos da repetição de descontextualização de problemáticas locais. Nesse caminho, portanto, mais recentemente,

movimentos de descolonização da Psicologia emergem na academia, com diálogos importantes com os campos de estudos anteriormente referidos, a exemplo da proposta de uma psicologia preta (Veiga, 2019) ou de uma africanização da psicologia (Nogueira, 2019), ou ainda de enegrecimento da psicologia (Santos, 2019); de uma psicologia favelada (Gonçalves, 2019); e de uma psicologia descolonizada (Adams, Gómez, Kurti, Molina, & Dobles, 2017; B. S. Gonçalves, 2019; Nogueira, 2020). São produções que, além de oferecerem uma crítica ao eurocentrismo, valorizam as fronteiras e as pluralidades epistemológicas e cosmovisões, enquanto se atentam às experiências e às tradições que foram “espremidas entre as línguas imperiais” (Mignolo, 2017, p. 12). Nesse sentido, o autor ainda complementa que, enquanto “línguas e categorias de pensamento negadas e expulsas da casa do conhecimento imperial” são, na verdade, grandes inspirações de como “pensar e agir descolonialmente” (Mignolo, 2017, p. 14) (Silva & Macedo, 2021, p. 10).

No que se refere a políticas públicas, por exemplo, o SUS, que possui avanços relacionados à sua cobertura universal na garantia de inúmeros direitos dos cidadãos, não poderia ser considerado como capaz de superar a lógica do mercado em saúde. Isso porque

O SUS foi estabelecido no espaço de um Estado-instituição que reduz a importância da vida de muitos praticando o racismo estrutural, o sexismo e o ageísmo ao assumir o caminho da negação do direito à saúde de todos, conforme evidenciado ao longo do enfrentamento inadequado do governo federal na pandemia da Covid-19. Tal lógica influencia a constituição das políticas públicas de saúde nos seus diversos segmentos, nos meandros da força de trabalho e dos mecanismos de desproteção, da regulação público-privado, do financiamento ou no modelo de atenção. Também é possível reconhecer que, apesar dessa proposta de universalidade, há um conjunto de grupos populacionais e condições de saúde que continuam à margem da garantia

de acesso e utilização dos serviços prestados no SUS, a exemplo da população negra, LGBTQIA+, privada de liberdade (Bezerra, Cavalcanti & Moura, 2022, p. 13).

O pensamento decolonial sugere o “olhar para nós mesmos”, voltar o olhar aos diversos saberes milenares, ignorados e subalternizados pela academia, aqui produzidos e aqui construídos; saberes marcados nos corpos e transmitidos em variadas formas de expressão e representação, como sugere a definição de Santos (2021) em relação à ecologia dos saberes e como exercício da desobediência epistêmica (Mignolo, 2008), para ampliar os limites das teorias eurocêntricas que desempenham um papel universalista que sustenta a episteme moderna. Não se trata, porém, de deslegitimação da produção de conhecimento do “primeiro mundo”, e sim do questionamento da sua validade universal, ao passo que a apropriação de saberes pode ser pensada como uma produção subjetiva e antropofágica em que:

[...] engolir o outro, sobretudo o outro admirado, de forma que partículas do universo desse outro se misturem às que já povoam a subjetividade do antropófago e, na invisível química dessa mistura, se produza uma verdadeira transmutação. Constituídos por esse princípio, os brasileiros seriam, em última instância, aquilo que os separa incessantemente de si mesmos. Em suma, a antropofagia é todo o contrário de uma imagem identitária (Rolnik, 2010, p. 452).

Nesse contexto, é necessário debater como o eurocentrismo epistêmico produz efeitos no campo de saber da psicologia, ressaltando-se estratégias de resistência cientificamente engajadas no enfrentamento e incluindo críticas ao norte-centrismo, sexismo e racismo na produção científica. Enquanto questionamos a objetividade, a neutralidade e a universalidade do estudo e da prática da psicologia, também colocamos em discussão a naturalização da subalternidade e a desvalorização das riquezas dos saberes variados, para, assim, evidenciar que a trama colonial, face às violências epistêmicas que nos constituem, opera o/no fazer pesquisa, desafiando o acolhimento da diversidade epistêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio foi discutir o fazer pesquisa do campo da psicologia à luz dos elementos e aspectos que tecem a trama (de)colonial. Este ensaio contribuiu ao analisar e evidenciar reflexões sobre o fazer e o saber hegemônicos que balizam abordagens disciplinares no âmbito da psicologia como ciência e profissão, com referências de validade universal, que, analiticamente, é problematizada aqui em face do silenciamento

mobilizado pela lógica eurocentrada, que repercute a disseminação do *modus operandi* colonial. Assim, parte-se da abordagem decolonial no sentido de (re)conhecer outros horizontes epistêmicos e refletir sobre o *loci* de enunciação dos envolvidos, incluindo o próprio pesquisador.

O fazer pesquisa em psicologia sob uma perspectiva decolonial desafia as dinâmicas eurocêntricas dominantes que, historicamente, têm moldado a psicologia e outras profissões. Envolve adotar abordagens críticas em relação à dinâmica colonial, com postura reflexiva sobre os pressupostos e as práticas disciplinares universalizantes referenciadas na ciência moderna, pretensamente neutra, que produz valores ancorados na leitura de homem-sociedade e centrados na dinâmica de mercado que sustenta o ideário do desenvolvimento, do progresso e do senso de civilização (civilizado).

A partir de um pluralismo epistemológico, por sua vez, busca-se o reconhecimento e a valorização de distintas formas de conhecimento, como saberes indígenas, quilombolas, locais, ou a descolonização do conhecimento, a superação de subordinações, estereótipos coloniais e a perpetuação de preconceitos em relação às diferentes experiências, valores e cosmovisões das comunidades. Assim, a incorporação dos conhecimentos locais, indígenas e tradicionais nas práticas psicológicas faz parte da busca por promover emancipação e empoderamentos das comunidades. Ou seja, destacamos a importância da participação ativa das comunidades na definição/resgate de suas próprias narrativas e a formulação de abordagens psicológicas que respeitem suas experiências e valores.

Com referência crítico-analítica do fazer pesquisa em psicologia a partir de tramas (de)coloniais, derivam-se as leituras tecidas no ensaio, cujo exercício de descentramento (do Eu, dos valores que sustentam as visões de mundo) em relação às tramas coloniais que referenciam o ser e o agir do pesquisador é fundamental à abordagem decolonial em psicologia, face à posição epistemológica que reconheça a diversidade de conhecimentos, incluindo a disponibilidade ao ininteligível, ao desconhecimento, ao diferente, ao outro.

No horizonte do reconhecer as tramas coloniais que se inscrevem nas subjetividades dos pesquisadores, depreende-se o exercício ético e político da psicologia, em face do compromisso social na promoção de equidade, de respeito às singularidades culturais e de valorização das múltiplas formas de saber e de ser, os quais são ancorados em metodologias

culturalmente situadas ante o reconhecimento das diferenças e a afirmação dos envolvidos. Trata-se, portanto, de um convite a uma psicologia mais inclusiva, humana, que reconheça a complexidade das experiências singulares e suas manifestações culturais, históricas e sociais.

É caro acrescentar que decolonizar pensamento-práxis é um processo contínuo. Diante da colonização sistêmica de nossos fazeres, decolonizar é fazer pensamentos e práticas de luta, correr atrás do que perdemos nos caminhos de nossa história, buscar novas referências epistemológicas e de vida, ir ao encontro dos saberes popular e ancestral, trazendo para o jogo as vidas perdidas e as escravizadas. É perguntar-se por que existem os privilégios, de onde vêm, de que se alimentam. É uma organização de resistência que desorganiza os instituídos da academia, das instituições e das relações micropolíticas que, irremediavelmente, violam e sacrificam a vida da população, sobretudo daquela mais frágil, silenciada e socialmente inaudita. Assim, o que nos resta é continuar procurando elementos que nos fortaleçam para as práticas dialógicas, (de)coloniais e resistentes, como também para as lutas históricas.

Os limites da pesquisa também ressoam possibilidades de sua ampliação. Considerando a escolha teórica de contribuições para a elaboração da discussão apresentada, outras contribuições podem ser adicionadas ao debate, ampliando leituras sobre o tema e suscitando outras análises sobre o fazer pesquisa na psicologia que referenciem as questões críticas que a decolonialidade propõe. Pesquisas futuras podem refletir criticamente discursos sobre o fazer pesquisa em psicologia, com reflexões sobre as implicações subjetivas do ser pesquisador, considerando o repertório que sustenta a ideia de uma ciência valorada explicitamente como não-neutra e não-universal.

Compreende-se a tensão das tramas definidas como (de)coloniais como um exercício que implica o esvaziamento de referências para o ser-no-mundo sob o prisma social de base colonial, que desafia a disponibilidade ao outro a partir de negações de si. Tal reflexão, ainda como exercício ensaístico, demanda debates, aprofundamentos e críticas na busca de seu avanço. Com isso, oportuniza-se o fazer psicologia como ciência e profissão em atenção ao seu compromisso com o outro e com o eu, ante a busca de atuar na melhoria qualitativa das condições de vida e nas problemáticas sociais envolvidas com as variadas expressões de sofrimento.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2003) O ensaio como forma. In: Adorno, T. W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34. pp. 15-45.
- Alatas, S. F.(2015) Doing sociology in South East Asia. *Cultural Dynamics*, 27(2), p. 191-202.
- Alatas, S. F. (2010) A definição e os tipos de discursos alternativos. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, 23(46), p. 225-245, jul./dez.
- Alatas, S. F. (2003) Academic Dependency and the Global Division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, 51(6), p. 599-613.
- Alcântara, D. M. (2018). Pensamentos amefricanos contra o déficit decolonial em Walter Mignolo. *Realis*, 8(1), p. 198-219. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/236483>
- Alvaran & Gomez, (2012). Cartografia epistêmica: hacia una psicologia relacional y situada. *Sophia*, 1(16), 47-70. https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Cartografia-epistemica_fig1_318610398
- Alves, C. B. & Delmondez, P. (2015) Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012
- Beigel, F. (2016). El nuevo carácter de la dependência intelectual. *Cuestiones de Sociología*, 14, p. 1-17. https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7340/pr.7340.pdf
- Beigel, F. (2014). Introdução: Current tensions and trends in the World Scientific System. *Current Sociology*, 5(62), p. 617-625. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0011392114548640>
- Bezerra, P. A., Cavalcanti, P. & Moura, L. B. A. (2023) Colonialidade e saúde: entre os diferentes campos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, v. 33, e33025. <https://www.scielo.br/j/physis/a/Rw4fbt4QXGdWFnJhgTrwG5z/?format=pdf&lang=pt>
- Césaire, A. (2006). *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução por Noémia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- Chambers, P. A. (2020). Epistemology and domination: problems with the colonality of knowledge thesis in latin american decolonial theory. *Dados: Rio de Janeiro*, 63(4), p. 1-36. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream>
- Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista*. 2022. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-final.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_PovosTradicionais_web.pdf
- Corrêa, S. R. M. & Silva, S. B. da S. (2018) Educação popular e sua renovação crítica: um diálogo com as Epistemologias do Sul. *Revista Educação em Questão*, 56(47).
- Cunha, C. A. M. (2018) Teologia Decolonial e Epistemologias do Sul, *INTERAÇÕES*, 13(24).
- Dimenstein, M. S., Silva, G. N., Dantas, C., Leite, J. & Macedo, J. (2022). Produção de conhecimento, psicologia e pensamento decolonial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74(11), p. 3-22.
- Dimenstein et al. (2019) Produção de conhecimento, psicologia e pensamneto decolonial. *Arquivos Brasileiros de psicologia*. <http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19513>
- Fanon, F. (1964). *Em defesa da revolução africana*. (1ª ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 237 p.
- Fanon, F. (1952) *Peau noire, masques blancs*. Editions du seuil.
- Fernandez, J. S., Sonn, C. C., Carolissen, R. & Stevens, G. (2021). Roots and Routes Toward Decoloniality Within and Outside Psychology Praxis. *Review of General Psychology*, 25(4), p. 354–368.
- Fernandes, S. L., Gonçalves, B. S. & Silva, L. S. P. (2022) Psicologia, Povos Tradicionais e Perspectivas De(s)coloniais: Caminho para Outra Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e263863, p. 1-14.
- Ferreira, M. R. (2009). Inventamos ou erramos: sobre a necessidade de combater colonialismo cultural e promover uma Psicologia brasileira

e latino-americana. In A. M. B. Bock. (Org.), *Psicologia e o Compromisso Social*. São Paulo: Cortez.

Freitag, B. (1986) *A teoria crítica - ontem e hoje*. 5 ed. Brasiliense.

Gómez, P. B. (2015). Subjetividades colectivas y prácticas de paz en contextos de guerra: Uma perspectiva desde la psicología política decolonial. *Prospectiva: Revista de Trabajo Social e Intervención Social*, (20), p. 71-90. <https://doi.org/10.25100/prts.v0i20.934>

Gonçalves, B. S. (2019). *Nos caminhos da dupla consciência: América Latina, psicologia e descolonização*. São Paulo.

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), p. 25-49.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

Huguet, M. (2012) El análisis del poder: Foucault y la teoría decolonial. *Tabula Rasa*, (16), Enero-Junio.

Lander, E. (org) (2005) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro.

Maldonado-Torres, N. (2008) La decolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, (9), p. 61-72.

Marcilla, F. J. D., Cunha, J. L. Á. S. & Rodriguez, F. Z. (2016) *Histórias de fronteira, fronteiras com história*. Fundação para ciência e tecnologia.

Martín-Baró, I. (1997) O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), p. 7-27.

Márquez-Fernández, A. B. (2012) Alternativas epistémicas para las ciencias sociales desde el sul. *Revista de Filosofia*, (70), p. 83-97.

Martins, H. V. (2022) Raça, Colonialismo e o discurso colonial: resistências e ressonâncias negras na Psicologia. In: *Psicologia Brasileira na Luta*

Antirracista, Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Brasília : CFP , 2022., V. 1

Mignolo, W. D. (2008) *The South Atlantic quarterly*. Duke University Press.

Mignolo, W. D. (2002). The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. *South Atlantic Quarterly*, 101(1), p. 57–96.

Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94). <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

Mocarzel, M. M. V., Najjar, J., Santos, P. B. DOS., Morgan, K. (2019) A internacionalização da pós-graduação na América Latina: do Sul geográfico às epistemologias do Sul. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 16(46).

Nogueira, S. G. & Guzzo, R. S. L. (2016). Psicologia Africana: diálogos com sul global. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2), p. 197-218.

Núñez. G. (2022) Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma psicologia anticolonial. In: *Psicologia Brasileira na Luta Antirracista, Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia*. Brasília : CFP , 2022., V. 1.

Parker, S., K. & Grote, G. (2022) Automation, algorithms, and beyond: why work design matters more than ever in a digital world. *Applied Psychology*, 71, p. 1171-1204

Parra-Valencia, L. & Galindo, D. (2019). Colonialidad y Psicología: el desarraigo de la sabiduría. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, 9(1), p. 186-197.

Pavón-Cuéllar, D. De Michel Pêcheux al Subcomandante Marcos: descripción de lo unívoco, interpretación de lo equívoco e insurrección contra lo inequívoco. *Décalages*, 1(4), 2015b. <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/20>.

Pinheiro, M. G. C., Rodrigues, I. D. C. V., Silva, R. A. R. DA. & Miranda, F., A., N. (2019) Ampliando horizontes na interface Práticas Integrativas com Epistemologia do Sul. *Revista Cubana de Enfermaria*, 35(9).

Póo, F. M. & Ostrovsky, A. E. (2022) Cuatro desafíos para la enseñanza de la psicología desde una perspectiva decolonial. *Revista de Psicología*, 21(2),

p. 116–134. ISSN 2422-572X <https://doi.org/10.24215/2422572Xe142>

Povos Indígenas no Brasil e a Descolonização da Psicologia
Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva¹ 1 Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, PI, Brasil. João Paulo Macedo¹ 1 Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, PI, Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2021 v. 41, e221362, p. 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221362>

Quijano, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A. Quijano, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.

Quijano, A. (1992) *Raza, Etnia, Nación: Cuestiones Abiertas in José Carlos Mariátegui y Europa*. Lima: Amauta.

Quitero, P.; Elizalde, P. C.; Figueira, P. (2019). Uma breve história dos estudos decoloniais. *Arte e Descolonização*, Museu de Arte de São Paulo, São Paulo.

Rozas, G. (2022) La decolonialidad en el centro del debate nacional, Presentación. In: Rozas, Germán e outros. *Comunidad y América Latina Avances Decolonizadores*. Programa de Estudios Comunitarios Latinoamericanos, Universidad de Chile, pp. 18-24.

Romagnoli, R. C. & Souza, T. A. L. (2023) Racismo e saúde mental: a cartografia do trabalho com famílias. *Psicologia & Sociedade*, 35.

Santos, A. (2021) *Gramática do tempo*, Autêntica. pp. 137-78.

Santos, M. V. do A. G. & Ferreira, A. A. L. (2022) A importância das narrativas descoloniais: o caso da psicologia do trabalho no Rio de Janeiro. *Revista de Psicologia*, 21(2), 188–204. ISSN 2422-572X

Santos, A. O. (2022). Conselho Federal de Psicologia (Brasil). *Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1*. Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Brasília : CFP , 2022.

Silva, B.I.B.M & Macedo, J.P. (2021) Povos indígenas no Brasil e a descolonização da psicologia. *Psicologia, Ciência e Profissão*. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bsBPBz3rBzHKGxGvS9tjyJ/>

Sousa, L. S. L.; Oliveira, T. (2018) Cartografias da pesquisa-ação: em busca

de deslocamentos da epistemologia do Sul. *Comunicação e Sociedade*, 2018.

Rolnik, S. (2010) Políticas da hibridação. *Cadernos de Subjetividade (PUCSP)*, 10, p. 14-21.

Spivak, G. (2010) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Thambinathan, V., & Kinsella, E. A. (2021). Decolonizing Methodologies in Qualitative Research: Creating Spaces for Transformative Praxis. *International Journal of Qualitative Methods*, p. 98–109.